

RECURSO ESPECIAL Nº 1.223.469 - RJ (2010/0213652-1)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO : ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD E OUTRO(S) -
RJ057808
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
PROCURADOR : JADSON W M DA FONSECA E OUTRO(S)
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **TELEMAR NORTE LESTE S/A** contra acórdão prolatado, por maioria, pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 9.891/9.952e):

ADMINISTRATIVO. CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA AGÊNCIA REGULADORA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRORROGAÇÃO DE CONCESSÃO.

- *Cuida-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em face da ANATEL, da TELEMAR NORTE LESTE S/A e da UNIÃO, objetivando seja decretada a extinção do Contrato de Concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado POBG/SPB nº 21/98- ANATEL, celebrado entre as duas primeiras apeladas, ante a sua caducidade por contínuo contratual quanto às metas de qualidade e universalização previstas no Plano Geral de Metas, na forma prevista nas cláusulas 26.1 e 26.4, inciso VI do Contrato e dos artigos 114, IV, 138 e 140 da Lei no. 9.472/97.*

- *Inicialmente, rejeito as questões prévias, há interesse processual, na medida em que, trata-se de sofisma, pois intenta-se a substituição do prestador do serviço, com a não permanência do atual, bem como, a segunda, pois do princípio da ubiquidade não há como se afastar, eventual, apreciação de lesões aos direitos coletivos consumeristas, pelo Poder Judiciário, não havendo invasão da competência da Anatel, cuidando-se de desfazimento de avença, eis que a agência reguladora possui autonomia, e não soberania na fiscalização do setor.*

- *A meu juízo, d. m. v., ocorreu, efetivamente, conforme sinalado pelo Ministério Público Federal, a teor de fls. 9.348/9.349, a prorrogação da*

concessão, não se intentando, passe-se o truísmo, o mero desfazimento do instrumento contratual, e sim de concessão de avença formalizada, com base naquela, podendo o Judiciário avaliar a situação, a teor do princípio da inafastabilidade jurisdicional, o que conduz, quanto ao mérito recursal, ao provimento do recurso, inaplicando-se a teoria da causa madura, dada a necessidade, de preservando-se o princípio do devido processo legal, apreciar-se, pela vez primeira, situação fático-jurígena, perante o Juízo a quo.
- Recurso conhecido, e provido.

Opostos embargos de declaração por **TELEMAR NORTE LESTE S/A** (fls. 9.957/9.965e), foram rejeitados (fls. 9.973/9.984e).

No Recurso Especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, **TELEMAR NORTE LESTE S/A** aponta ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando, em síntese, que (fls. 9.995/10.017e):

- I. Art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 – o acórdão recorrido incorreu em:
i.i) omissão, pois rejeitadas as "questões prévias", sem abordar a alegada impossibilidade jurídica do pedido;
i.ii) omissão, porque a rejeição da preliminar de ausência de interesse processual ocorreu, sem que se tivesse percebido que o Ministério Público Federal não refluíu, sequer minimamente, a utilidade e adequação do seu pedido, a fim de alcançar a melhora na prestação dos serviços; e *i.iii)* contradição ao adotar o "meio de caminho", diante do não enfrentamento do mérito, embora reformada a sentença terminativa e rejeitadas as preliminares;
- II. Art. 551 do Código de Processo Civil de 1973 – nulidade do julgamento da apelação em razão da ausência de remessa prévia ao revisor;
- III. Arts. 128, 293, 460 e 515, § 3º, do Código de Processo Civil de 1973 – "Ou o acórdão concedia aquilo que o MPF pediu em seu

recurso (reforma da sentença e remessa dos autos à vara de origem) ou aplicava o § 3º do art. 515 do mencionado estatuto processual, examinava as preliminares apresentadas pelos réus e julgava o mérito, caso elas fossem ultrapassadas. A adoção do 'meio do caminho' (ou seja, reformar a sentença, rejeitar as preliminares e não enfrentar o mérito) não tem como prosperar. Ao mesmo tempo em que o v. acórdão afirmou que não se aplica ao caso a 'teoria da causa madura, dada a necessidade de preservando-se o princípio do devido processo legal, apreciar-se, pela vez primeira, situação fático-jurígena, perante o Juízo a quo', ele examinou e rejeitou as 'questões prévias'";

- IV. Arts. 1º, 2º e 4º da Lei n. 8.987/1995; 83 e 93 da Lei n. 9.472/1997; e 267, VI, e 293 do Código de Processo Civil de 1973 – a concessão de serviço público não se confunde com o contrato que a consubstancia, razão pela qual tendo o Ministério Público vertido pretensão expressamente contra determinado contrato, sua extinção acarreta a carência superveniente do interesse processual, ainda que a concessão continue a produzir efeitos; e
- V. Arts. 165 e 267, VI, do estatuto processual de 1973 – necessário o acolhimento da preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, considerando que sua rejeição pelo tribunal de origem ocorreu sem a respectiva fundamentação, bem como da preliminar de ausência de interesse processual, porque o *Parquet* não refletiu, sequer minimamente, a utilidade e adequação do seu pedido para alcançar a melhor na prestação dos serviços de telefonia no Estado do Rio de Janeiro.

Com contrarrazões do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** (fls. 10.044/10.058 e 10.059/10.073e), os Recursos Especiais de **TELEMAR NORTE LESTE S/A** (fls. 9.995/10.017e) e da **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL** (fls. 10.023/10.039e) foram inadmitidos (fls. 10.076/10.077 e 10.078/10.079e).

Interposto o Agravo de Instrumento n. 1.312.676/RJ, apenas por

TELEMAR NORTE LESTE S/A, o Sr. Ministro Arnaldo Esteves Lima, a quem sucedi, determinou a remessa do Recurso Especial, por ela interposto, a esta Corte.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 10.112/10.115e.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Não se pode conhecer das apontadas violações aos arts. 128, 165, 460 e 535 do estatuto processual civil, porquanto o recurso se cinge a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, o modo com tais ofensas teriam ocorrido e nem mesmo qual seria a importância, para o deslinde da controvérsia, do reconhecimento dos vícios integrativos – omissão e contradição –, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE VIOLAÇÃO AOS DISPOSITIVOS LEGAIS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITO DE TERCEIRO. OBRIGAÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR QUE EFETIVAMENTE UTILIZOU O SERVIÇO.

1. O recurso especial não pode ser conhecido no tocante à alegada ofensa à Resolução ANEEL 456/00. Isso porque o referido ato normativo não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, a, da CF.

2. A mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial,

devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. Hipótese em que incide a Súmula 284/STF, por deficiência na fundamentação.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 401.883/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 18/02/2014).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC, a agravante não evidencia qualquer vício no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013.

(AgRg no AREsp 318.883/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 01/07/2014 – destaques meus).

Ademais, nas razões recursais, a Recorrente sustenta que a concessão de serviço público não se confunde com o contrato que a consubstancia, razão pela qual, tendo o Ministério Público vertido pretensão expressamente contra determinado contrato, sua extinção acarreta a carência superveniente do interesse processual, ainda que a concessão continue a produzir efeitos.

Entretanto, tal alegação revela-se inidônea a infirmar os fundamentos adotados pela Corte de origem, a saber (fls. 9.914/9.915e):

Observa-se que os doutrinadores jurídicos são unânimes em afirmar que a concessão do serviço público é o próprio contrato administrativo, de modo que é através do pacto que, de fato, ocorre a delegação do serviço público, não se podendo falar em concessão sem que haja o referido contrato.

(...)

Distinguir a concessão do contrato que possibilita sua real existência é criar artifício para tentar justificar a continuidade do mesmo ato concessivo, alegando tratar-se de outro.

Importante esclarecer que a legislação aplicável à espécie ora menciona concessão ora refere-se a contrato de concessão, a fim de dissipar antigas controvérsias que existiam acerca da natureza jurídica do instituto;

(...)

Em verdade, o Ato nº 54.402/05 diz expressamente que deferiu a prorrogação dos contratos de Concessão, fazendo entender que não se trata de novo pacto, mas sim de continuidade do contrato anterior cuja extinção é requerida pelo Apelante nos autos da ação civil pública (destaque meu).

Isso porque a alteração das mencionadas conclusões não encontra fundamento suficiente no comando dos arts. 1º, 2º e 4º da Lei n. 8.987/1995; 83 e 93 da Lei n. 9.472/1997; e 267, VI, e 293 do Código de Processo Civil de 1973, que dispõem, *in verbis*:

Lei n. 8.987/1995:

Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo

determinado;

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

(...)

Art. 4º A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

Lei n. 9.472/1997:

Art. 83. A exploração do serviço no regime público dependerá de prévia outorga, pela Agência, mediante concessão, implicando esta o direito de uso das radiofrequências necessárias, conforme regulamentação.

Parágrafo único. Concessão de serviço de telecomunicações é a delegação de sua prestação, mediante contrato, por prazo determinado, no regime público, sujeitando-se a concessionária aos riscos empresariais, remunerando-se pela cobrança de tarifas dos usuários ou por outras receitas alternativas e respondendo diretamente pelas suas obrigações e pelos prejuízos que causar.

(...)

Art. 93. O contrato de concessão indicará:

I - objeto, área e prazo da concessão;

II - modo, forma e condições da prestação do serviço;

III - regras, critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da implantação, expansão, alteração e modernização do serviço, bem como de sua qualidade;

IV - deveres relativos à universalização e à continuidade do serviço;

V - o valor devido pela outorga, a forma e as condições de pagamento;

VI - as condições de prorrogação, incluindo os critérios para fixação do valor;

VII - as tarifas a serem cobradas dos usuários e os critérios para seu reajuste e revisão;

VIII - as possíveis receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;

IX - os direitos, as garantias e as obrigações dos usuários, da Agência e

da concessionária;

X - a forma da prestação de contas e da fiscalização;

XI - os bens reversíveis, se houver;

XII - as condições gerais para interconexão;

XIII - a obrigação de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

XIV - as sanções;

XV - o foro e o modo para solução extrajudicial das divergências contratuais.

Parágrafo único. O contrato será publicado resumidamente no Diário Oficial da União, como condição de sua eficácia.

Código de Processo Civil de 1973:

Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

(...)

VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual;

(...)

Art. 293. Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.

Além disso, impossibilitada a análise, em sede de recurso especial, da alegação de que, ao deixar de aplicar a teoria da causa madura e, em sequência, determinar o retorno dos autos à vara de origem, não poderia o tribunal ter apreciado as preliminares suscitadas pela Recorrente em suas contrarrazões à apelação.

Tal compreensão exsurge em razão de a argumentação não encontrar amparo no art. 515, § 3º, do CPC/1973, que assim dispõe:

Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

(...)

§ 3º Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

Com efeito, nos pontos apontados também incide, por analogia, a orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual: “é inadmissível o

recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E LAVRA DE MINÉRIOS. PEDIDO PROTOCOLADO NO ÚLTIMO DIA DA LICENÇA ANTERIOR. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS, SER DESARRAZOADO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ARTIGO 18, INCISO I, DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

2. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, da orientação posta na Súmula 284/STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 385.170/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO ESPECIAL. SÚMULAS 282, 284, 356/STF E 7/STJ.

(...)

3. O fato de constar na Lei de Licitações a previsão de empreitada integral não infirma, de plano, os dizeres do acórdão no sentido de que não há empecilho à inclusão do fornecimento de imóvel. O conteúdo dos dispositivos mencionados no Especial não tem comando suficiente para alterar o acórdão. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Em relação ao índice de reajuste utilizado e à caracterização do ato ímprobo, o acórdão se amparou nas conclusões de laudo pericial e afastou o prejuízo ao Erário. Aplica-se a Súmula 7/STJ à espécie.

Ressalto que o art. 11 da LIA nem sequer foi prequestionado, o que também sugere o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 229.402/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 08/05/2013 – destaques

meus).

Ainda, no que se refere à alegação de que o tribunal de origem, ao rejeitar a preliminar de ausência de interesse processual, "parece não ter atentado para o fato de que o Ministério Público não refletiu minimamente a utilidade e adequação do seu pedido para alcançar a melhor na prestação dos serviços de telefonia no Estado do Rio de Janeiro", verifico que a insurgência carece de prequestionamento, uma vez que não foi analisada pelo tribunal de origem.

Com efeito, o requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados.

No caso, malgrado a oposição de embargos declaratórios, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação do suscitado art. 267, VI, do Código de Processo Civil de 1973, na forma como apresentada pela Recorrente.

Desse modo, não tendo sido apreciada tal questão pelo tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos de declaração, aplicável, à espécie, o teor da Súmula n. 211/STJ, *in verbis*: "inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Corroborando tal compreensão, o acórdão da 1ª Seção desta Corte, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. BENS PÚBLICOS. TERRENO DE MARINHA. ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DESTA CORTE SUPERIOR. REGISTRO IMOBILIÁRIO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO TERRENO DE MARINHA. MANDADO DE SEGURANÇA. VIA ADEQUADA. QUESTÃO MERAMENTE DE DIREITO. Oponibilidade em face da União. Caracterização do bem como propriedade particular. Impossibilidade. Propriedade pública constitucionalmente assegurada (CR/88, art. 20, inc. VII).

(...)

2. A controvérsia acerca da ilegalidade do procedimento demarcatório

na espécie, pela desobediência do rito específico previsto no Decreto-lei n. 9.760/46 - vale dizer: ausência de notificação pessoal dos recorrentes - não foi objeto de análise pela instância ordinária, mesmo após a oposição de embargos de declaração, razão pela qual aplica-se, no ponto, a Súmula n. 211 desta Corte Superior.

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido. Julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e à Resolução n. 8/2008.

(REsp 1.183.546/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 29/09/2010 – destaques meus).

Outrossim, a ausência de caracterização, de forma clara, precisa e objetiva, de eventual infringência ao art. 535 do CPC/1973, subtrai do julgador a possibilidade de examinar a ocorrência ou não do próprio prequestionamento. Isso porque a alegação de ofensa àquele dispositivo nas razões recursais constitui o meio adequado para extrair-se a relevância e a pertinência da argumentação deduzida pela parte quanto à pretensão declaratória.

Logo, não há incongruência entre o afastamento da violação ao art. 535 do mencionado estatuto processual por deficiência de fundamentação e o concomitante reconhecimento da falta de prequestionamento, a teor do disposto no enunciado sumular n. 211/STJ.

Sobre o tema, precedentes desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LOTAÇÃO PROVISÓRIA E REMOÇÃO. DO JULGADO REGIONAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PRECEDENTES. CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. A genérica alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro, atrai o óbice da Súmula 284 do STF.

2. Verifica-se que o Tribunal de origem, efetivamente, não emitiu juízo sobre os dispositivos infraconstitucionais indicados no especial, não obstante tenha sido compelido por meio dos competentes embargos de declaração.

3. A fundamentação deficiente do apelo, no tocante à negativa de

prestação jurisdicional declaratória, não permite, por consequência e per saltum, ingressar no exame da alegada afronta à matéria normativa de fundo, porquanto remanesce ausente o indispensável prequestionamento.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.407.751/CE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 02/04/2014 – destaquei).

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. DISPOSITIVOS APONTADOS COMO VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. VÍCIOS NOS CÁLCULOS APRESENTADOS. SÚMULA 7/STJ.

1. A recorrente apontou de forma absolutamente genérica a violação do art. 535 do CPC, não especificando em que consistiriam a omissão, a contradição e a obscuridade do acórdão recorrido. Incidência da Súmula 284/STF.

2. A Corte de origem não analisou, sequer implicitamente, os dispositivos apontados como violados. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está obrigado.

4. Aferir a ocorrência de vícios nos cálculos realizados pela Contadoria do Juízo demandaria a incursão no contexto fático dos autos, o que é impossível nesta instância ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 137.016/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 25/04/2012 – destaquei).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ART. 535, II, DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO. SÚMULA 7/STJ. REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A alegação genérica de contrariedade ao art. 535 do CPC, sem indicação do ponto em que o acórdão teria incorrido em algum vício, autoriza a aplicação, por analogia, do teor da Súmula 284/STF.

2. A incidência do teor da Súmula 284/STF no art. 535 do CPC implica entender que não foi possível analisar a apontada violação, e, portanto,

inexiste impedimento para a aplicação do óbice da Súmula 211/STJ, diante da caracterização de falta de prequestionamento de artigos relacionados (arts. 72, § 2º, 76, 267, I, 283, 284, parágrafo único, do CPC e 104, 1.122 e 1.127 do CC).

3. O Tribunal de origem, com base nos elementos informativos da lide, concluiu que a ora agravante não demonstrou, nos termos do art. 333, I, do CPC, o fato constitutivo do direito alegado. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1.381.367/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 25/11/2015 – destaquei).

Por outro lado, firmou-se nesta Corte o entendimento segundo o qual o recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e/ou *c* do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula 83, *verbis*:

Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

Cumprе sublinhar que o alcance de tal entendimento aos recursos interpostos com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional decorre do fato de que a aludida divergência diz respeito à interpretação da própria lei federal (v.g.: 1ª T., AgRg no AREsp 322.523/RJ, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 11.10.2013; e 2ª T., AgRg no REsp 1.452.950/PE, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 26.08.2014).

Anote-se, ainda, que o entendimento previsto na Súmula 83/STJ revela-se aplicável diante da consonância do acórdão recorrido com a orientação jurisprudencial firmada por esta Corte, sendo prescindível a consolidação do entendimento em enunciado sumular, ou a sujeição da matéria à sistemática dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C, do Código de Processo Civil, com trânsito em julgado (2ª T., AgRg no REsp 1.318.139/SC, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 03.09.2012).

Verifico que o acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte segundo o qual, contemplando o Regimento Interno previsão específica e sendo a matéria eminentemente de direito, revela-se possível a dispensa do revisor no julgamento da apelação, conforme julgados assim ementados:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO NÃO INDICADO. DISPENSA DE RELATOR. PREVISÃO NO REGIMENTO DO TRIBUNAL A QUO. APROVAÇÃO FORA DO NÚMERO DE VAGAS FIXADAS NO EDITAL. CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA ETAPA. VINCULAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "Não é omissa o aresto que decide de forma fundamentada e suficiente os pontos suscitados, descabendo-se cogitar de negativa da prestação jurisdicional somente porque o julgado é contrário ao interesse da parte" (REsp 931.591/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ 3/9/07).

2. Não se conhece do recurso fundado em dissídio jurisprudencial quando a parte recorrente deixa de apontar o dispositivo de lei federal que embasa a tese de "fato consumado". Com efeito, mostra-se ausente a pertinência do referido tema com o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei 9.784/99, por se tratar de dispositivos disciplinadores do exercício de autotutela da Administração, enquanto, na espécie, o recorrente intenta convalidar ato administrativo praticado em cumprimento de decisão judicial precária.

3. "Havendo previsão no Regimento Interno do Tribunal, é possível a dispensa do revisor da apelação desde que a matéria discutida nos autos seja eminentemente de direito" (REsp 775.381/SP, Rel. Min. SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe 4/2/10).

4. Caso em que, a par de haver previsão regimental para a dispensa do revisor, a decisão fora tomada com amparo em fatos incontroversos, inclusive para o recorrente.

5. "Os aprovados em concurso público fora do número de vagas previstas no edital não têm direito subjetivo à nomeação, mas apenas expectativa de direito, que se submete ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração" (AgRg no RMS 33.822/PB, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 24/5/11).

6. Merece ser mantido acórdão que reconheceu a legalidade de edital que dispôs sobre a eliminação dos candidatos não convocados para a Segunda Etapa (Programa de Formação), haja vista que tanto a Administração quanto os candidatos ficam vinculados às regras estipuladas no instrumento convocatório do certame, pois "o edital é a lei do concurso, fixando normas garantidoras da isonomia de tratamento e igualdade de condições no ingresso no serviço público" (RMS 21.467/RS, Min. GILSON DIPP, Quinta Turma, DJ de 12/6/06). No mesmo sentido: AgRg no REsp 1.201.478/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 22/2/11.

7. Não há como modificar a premissa fática adotada na instância ordinária sem incorrer em afronta ao Enunciado n. 7 da Súmula do STJ (REsp 1.229.272/PE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 24/2/11).

8. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.251.125/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 10/05/2012, destaquei).

AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA. ANULAÇÃO DE TERMO DE EMBARGO E AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADOS PELO IBAMA.

1. Decorre o presente recurso especial de demanda ajuizada pela empresa Syngenta Seeds Ltda com o objetivo de anular termo de embargo e auto de infração lavrados pelo IBAMA em razão do plantio de organismos geneticamente modificados (OGM's) em área próxima ao Parque Nacional do Iguaçu (PR).

2. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região julgou o pedido procedente pelo entendimento de que o art. 11 da Lei 11.804/2003 - que embasou o auto de infração -, não proibia o plantio de organismos geneticamente modificados para fins de pesquisa.

3. Inexiste violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal de origem julgou a controvérsia de modo integral e suficiente nos termos acima resumidos, não remanescendo sem apreciação questão essencial ao deslinde da causa.

4. Não há falar em ofensa ao art. 551 do CPC/1973, tendo em vista que a causa é unicamente de direito e o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região dispensa atuação de revisor nessas circunstâncias.

5. O acórdão recorrido não merece reparos, pois, conforme bem pontuado no parecer do Ministério Público Federal, o art. 11 da Lei 11.804/2003 - que embasou o auto de infração - dizia respeito apenas aos plantios com finalidades comerciais, conclusão que também se extrai da leitura da exposição de motivos da Medida Provisória 131/2003 (que resultou na lei em questão). Ademais, o plantio objeto de autuação tinha finalidade científica e foi devidamente autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio.

6. As demais alegações apresentadas pelo recorrente não podem ser conhecidas, pois, além envolverem dispositivos cujas matérias não foram prequestionadas (Lei 9.985, arts. 27, § 4º, e 36), demandariam nova incursão ao acervo fático-probatório dos autos para examinar a higidez do auto de infração. Incidência das Súmulas 211/STJ e 7/STJ.

7. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, não provido.

(REsp 1.672.100/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 22/03/2019, destaque meu).

Superior Tribunal de Justiça

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA
Relatora